

REQUERIMENTO Número / ( .ª)

PERGUNTA Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Com forte aposta mediática por parte do atual governo e de todos os partidos que o suportam no parlamento, foi recentemente divulgado um documento denominado por “*Programa Nacional para a Coesão Territorial*”, elaborado por um departamento governamental equiparado a Subsecretaria de Estado, denominado airoosamente por *Unidade de Missão para a Valorização do Interior*.

Panaceia aparente na ótica deste governo para todos os males emergentes das assimetrias regionais, no seu site oficial chega a ser referido o seguinte sobre o mesmo:

*“O Programa Nacional para a Coesão Territorial promove o aproveitamento e valorização dos recursos e das condições próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e competitividade.*

*«Tem uma dimensão profunda que olha para o futuro e que recusa uma visão fatalista e assistencialista do interior», acrescentou Eduardo Cabrita.*

*As medidas têm em vista a atração e fixação de pessoas nestas regiões, o estímulo à atividade económica e ao emprego, a cooperação transfronteiriça e o intercâmbio do conhecimento, potenciando novas estratégias de valorização de recursos e maior competitividade.*

*O Ministro Adjunto disse ainda que este é um programa em ação e que não se esgota na publicação em Diário da República.”*

Começando por referenciar a primeira das medidas inseridas no dito documento, a “*proposta de alteração legislativa, prevendo novos incentivos aos trabalhadores médicos com contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou a contratar, mediante vínculo de emprego público ou privado, com serviço ou estabelecimento integrado no SNS de natureza não pecuniária e pecuniária, em linha com o Plano Estratégico de Recursos Humanos para o Serviço Nacional de Saúde*”, sucede que não foram entretanto concretizadas quaisquer medidas tendentes à sua concretização.

Tendo ficado a aguardar que a medida tivesse expressão na proposta de lei do Orçamento de Estado para 2017, após a análise da documentação recebida, verifica-se que também assim

não sucedeu.

Sendo a carência de médicos nos Territórios de Baixa Densidade uma realidade pungente, que afeta gravemente o acesso aos cuidados de saúde por parte das populações que resistem a aí residir, é importante conhecer em que termos é que o governo pretende implementar esta medida, quando pretende fazê-lo, qual será o valor financeiro que lhe será alocado e quantos médicos é que esperam colocar ao seu abrigo nas zonas mais carenciadas.

Atendendo ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os deputados subscritores do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata vêm por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Que tipo de iniciativa legislativa é que o Governo pretende levar a cabo nesta matéria?
2. Quando é que prevê que isso venha a suceder?
3. Quando é que pretende que a tenha início a sua aplicação?
4. Aquilo que o governo designou como “zonas mais carenciadas”, corresponde ou não ao conceito de “territórios de baixa densidade” que se encontra em vigor, a ser aplicado e mereceu a aprovação unânime da Associação Nacional de Municípios?
5. Em caso negativo, com base em que critérios e quem vai definir as “zonas mais carenciadas” para efeitos de implementação desta medida?
6. Quais são os incentivos concretos que está previsto venham a ser conferidos aos profissionais para assegurar a sua fixação nas “zonas mais carenciadas”?
7. Está ou não previsto que a medida venha a abranger a totalidade do distrito de Castelo Branco?
8. Em caso negativo, porquê?
9. Se não for abrangido todo o distrito de Castelo Branco, quais os concelhos ou freguesias que serão excluídas?
10. Em caso negativo, quais foram ou são os critérios que motivarão a sua exclusão?
11. Quantos profissionais se prevê que a medida vá conseguir instalar nas “zonas mais carenciadas” do distrito de Castelo Branco?
12. Quando se prevê que venha a instalar-se o primeiro médico nas “zonas mais carenciadas” do distrito de Castelo Branco?
13. Qual a dotação orçamental que está prevista em 2017 para esta medida no distrito de Castelo Branco?
14. Se o governo não tiver previsto dotações financeiras regionais ou locais para a medida, qual o valor nacional que o governo prevê seja investida na mesma no orçamento de 2017?
15. Quantos médicos o governo prevê que se instalem no distrito de Castelo Branco ao abrigo desta medida durante o ano de 2017?
16. Está prevista pelo governo a criação de algum mecanismo compensatório para os médicos que se encontram já instalados nestas “zonas mais carenciadas”?
17. Em caso afirmativo, quais vão ser?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 27 de Outubro de 2016

Deputado(a)s

ÁLVARO BATISTA(PSD)

MANUEL FREXES(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)

Deputado(a)s

BERTA CABRAL(PSD)

ÂNGELA GUERRA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

ANTÓNIO COSTA SILVA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)